

A SERVIÇO DA CATEGORIA

# Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

**Assembléia: às 10h de terça-feira, dia 3 de julho, no Quinhentão**

**Vamos saber da última negociação com o governo e decidir a próxima ação do movimento**

## Consuni apóia a greve

O colegiado máximo da UFRJ reconheceu o nosso direito de greve e se colocou contra qualquer iniciativa que restrinja esse direito como um recado claro a direções e chefias que possam estar reprimindo servidores.

*Página 5*



Foto: Niko Júnior

Servidores federais do Rio em greve ocuparam a Cinelândia para divulgar sua luta à população. Caldo verde, batata-doce e aipim foram distribuídos em troca de recados para Lula, muitos deles de indignação e revolta. *Página 4*

**“Quando você dá aumento para uns, todos querem. A folha de pagamento tem um limite”**

**Luiz Inácio Lula da Silva, em resposta à manifestação dos servidores do Inbra no Planalto**

### Enquanto isso no Congresso



### Calendário de Luta

**SEGUNDA-FEIRA, 2**

- 10h, mutirão de mobilização no CCS. Concentração às 9h30 na subsede do SINTUFRJ, no HU.
- 14h, reunião do Comando Local de Greve (CLG), no SINTUFRJ.

**TERÇA-FEIRA, 3**

- 10h, assembléia no Quinhentão. Pauta: informes da negociação com o governo, em Brasília, e da base. Avaliação da greve.
- A categoria presente ao Quinhentão decidirá sobre que ação de mobilização e de visibilidade da greve será realizada logo após a assembléia.

**QUARTA-FEIRA, 4**

- 7h, ato no Hospital Universitário do Fundão e visita a unidades à tarde.

**QUINTA-FEIRA, 5**

- 10h, assembléia na Praia Vermelha.
- O CLG solicita aos companheiros que levem panelas e apitos para incrementar a atividade que será decidida na assembléia.

**SEXTA-FEIRA, 6**

- Atividade cultural a partir das 15h. Local: Espaço Cultural do SINTUFRJ.

### Eixo específico da greve

1 - Emergencial para 2007

- Resolução do VBC (provocou congelamento salarial de uma parcela significativa da categoria, atingindo todas as classes – com maior concentração nas classes C e E).

- Recursos para Assistência Complementar da Saúde – Única categoria do serviço público federal que não possui assistência à saúde.

2 - Aprimoramento da carreira.

- Evolução da Tabela Salarial – Recuperando as distorções salariais existentes no serviço público, uma vez que possuímos o menor piso e teto salarial do funcionalismo.

3 - Contra a transformação dos HUs em fundação estatal.

# Progressão por mérito

## Novos esclarecimentos do Comando Local de Greve (CLG)

Os técnicos-administrativos que de fato aderiram à greve nacional da Fasubra e por esse motivo se sentiram prejudicados com as notas dadas pelas suas chefias devem procurar imediatamente o SINTUFRJ.

Já os casos de insatisfação

quanto à avaliação por mérito cujos motivos sejam outros e não a greve devem ser resolvidos no Departamento de Pessoal da própria unidade do servidor.

### Última chamada

Dia 10 de julho encerra o prazo

para encaminhamento da progressão por mérito. O trabalhador deve procurar sua unidade para que seu formulário seja preenchido. Quem teve sua avaliação positiva e digitada até o dia 29 de junho recebe a progressão na folha de julho; os demais só na folha de agosto.

# Empresários de ônibus pressionam UFRJ

## O assunto será discutido em audiência pública, dia 6

SILVANA SÁ

A Prefeitura Universitária realiza na sexta-feira, 6, audiência pública para discutir com a comunidade universitária a pressão que a UFRJ vem sofrendo dos empresários do setor contra as linhas de ônibus internas. Segundo o vice-prefeito Ivan do Carmo, eles reclamam de concorrência. O porta-voz da classe é a Coordenadoria Regional de Transportes.

Na audiência pública às 10h, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, que fica ao lado da Prefeitura Universitária, entrará também na pauta como

evitar que os ônibus da UFRJ sejam multados por parada irregular no Centro da Cidade. E os problemas e as novas demandas sobre transporte da comunidade do campus do Fundão.

### Concorrência?

O prefeito da Cidade Universitária, Helio de Mattos, informou que a UFRJ tem autorização para fazer transporte ponto a ponto. Mas o município alega que existe concorrência, porque os ônibus da Universidade fazem o mesmo trajeto de linhas regulares. Como por exemplo Fundão-Bonsucesso e a linha 901. Por existir legislação que protege as linhas regulares, a

UFRJ não pode aumentar a circulação de ônibus entre o campus, Praça XV e Bonsucesso.

De acordo com o prefeito, é preciso melhorar a Divisão de Operações (Diop), que coordena o transporte interno da UFRJ, e aumentar a circulação de ônibus dentro da Ilha do Fundão. "Atualmente o trabalho da Diop é realizado por um único funcionário, que fica sobrecarregado. Temos que atender melhor os usuários do prédio da Reitoria, CCMN e Alojamento. Quase 60% da nossa demanda está no final da Ilha", informou. Todas essas questões serão discutidas na audiência pública sexta-feira.



Foto: Niko Júnior

**PROBLEMAS.** Os empresários querem dificultar ainda mais o transporte que já é deficiente

## Prejuízo?

Quando reclamam de concorrência, os empresários querem fazer acreditar que estão tendo prejuízo, porque os ônibus da UFRJ atendem a comunidade gratuitamente. Veja os cálculos a seguir e tire suas próprias conclusões.

Por viagem, um ônibus tem capacidade de transportar cerca de 80 passageiros: 45 sentados e 35 em pé, mas isso só acon-

tece se for respeitado o limite normal de lotação. Vamos imaginar que uma empresa possua uma única linha com 15 ônibus. Ao custo de R\$ 2 a passagem, cada coletivo é capaz de arrecadar R\$ 160 por viagem. Se cada ônibus fizer seis viagens, no fim do dia a empresa terá arrecadado R\$ 14.400.

Se multiplicarmos esse valor por 30, a empresa que possui apenas 15 carros ar-

recadará até o fim do mês R\$ 432.000. Esta situação é apenas ilustrativa, porque na realidade cada empresa possui entre 10 a 15 ônibus para cada linha que administra. Uma empresa que possua cinco linhas consegue, com tranquilidade, arrecadar mais de um milhão de reais em um mês. Uma empresa de grande porte chega a ter mais de 300 veículos.

# Contagem para aposentadoria

Finalmente o governo reconheceu, pela via administrativa, o direito dos servidores públicos de efetuarem a contagem especial do tempo trabalhado em condições insalubres e perigosas. A Orientação Normativa nº 03 do Ministério do Planejamento, de 18 de maio de 2007, reconheceu esse direito, que garantiu a contagem do tempo trabalhado em atividades insalubres ou perigosas no período CLT (até dezembro de 1990) aos servidores públicos.

O SINTUFRJ reuniu-se com a Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) no dia 14 de junho para verificação dos encaminhamentos administrativos que serão adotados para a implantação do cômputo, o que deverá ocorrer após o fim da greve. Como já existem ações ajuizadas desde o início de 2006, algumas já com decisão e em fase de execução, o SINTUFRJ – conforme acordado com a PR-4

– encaminhará os requerimentos dos sindicalizados que já entregaram seus kits para ação judicial no Sindicato.

Para aqueles servidores que estão com documentos pendentes, o SINTUFRJ solicita que entreguem o mais rápido possível. Os atendimentos, para estes casos, deverão ser agendados na sede do SINTUFRJ. Para os servidores que não entregaram documentação no SINTUFRJ, deverão aguardar nova orientação.

A aposentadoria especial para quem trabalha em atividade insalubre, no regime estatutário, ainda está pendente de regulamentação pelo Congresso Nacional. O que está sendo garantido é a contagem do tempo trabalhado nestas condições (insalubres e perigosas) com acréscimo de tempo, para aposentadoria, como os demais trabalhadores celetistas, até a data do RJU (11/12/1990).

## CUT promove Dia Nacional de Luta

No dia 4 de julho, quarta-feira, a Central Única dos Trabalhadores promove mobilização nacional com ocupação do Congresso Nacional, a partir das 9h, e atos nos estados para pressionar pela garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Depois deste ato, a CUT fará a denúncia explícita daqueles parlamentares que se mostrarem em posição oposta ao

que defendem os trabalhadores.

A recente pauta de reivindicações da CUT prioriza a luta contra a Emenda 3, a retirada do PLP 01 do Congresso Nacional, a garantia da negociação coletiva no serviço público, mudanças na política econômica, pela reforma agrária, por uma previdência pública e valorização da educação pública.

## Posse do reitor é adiada

A posse oficial de Aloísio Teixeira como reitor da UFRJ em Brasília que seria na quinta-feira, 5, foi adiada, porque o ministro da Educação já estava com viagem marcada para aquele dia. Mas segundo Teixeira, provavelmente irá ao ministério assinar o termo de posse na terça-feira, 3, em virtude do seu mandato expirar na segunda-feira, 2. O que não implicará nenhum problema, já que o decreto que o reconduz ao

cargo foi publicado em 14 de junho.

Mesmo assim, a solenidade em Brasília com a presença do ministro Fernando Haddad não foi descartada, e a previsão é que ocorra no dia 18 de julho. Cumprida a formalidade ministerial, está prevista a realização de sessão solene do Conselho Universitário para marcar o encerramento do primeiro mandato de Aloísio Teixeira à frente da UFRJ e o início do segundo.

## Portaria sobre 30 horas pode sair

Coordenadores do SINTUFRJ se reuniram quarta-feira, 27, com a Pró-Reitoria de Pessoal e o Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio de Janeiro para discutir a regulamentação das 30 horas.

Nessa reunião ficou decidido que a Pró-Reitoria formularia o texto da portaria e o submeteria às entidades. Ficou

acertado que, inicialmente, a portaria contemplaria os trabalhadores de hospitais e, num segundo momento, servidores de outros ramos de atividade ininterrupta.

O SINTUFRJ já discute a implantação das 30 horas há mais de um ano com a Reitoria. E agora espera ver a questão resolvida.

## Seleção de professor

O curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ está selecionando candidatos para a vaga de professor de Geografia (ensino médio). Inscrição e entrega de currículos de 3

a 5 de julho, na sede do Sindicato (Cidade Universitária, Fundão). Para mais detalhes, consulte o edital na página on line da entidade: www.sintufrj.org.br.

**Lula critica greve e servidor amplia paralisação – Página 4**

**Movimento legitima greve da UFRJ no Consuni – Página 5**

**Assembléia avalia que governo está enrolando – Página 6**

# Um mês de greve

## 46 universidades aderem à paralisação

Iniciamos o mês de julho com a greve já completando um mês. Das 48 universidades que compõem a base da Fasubra, apenas duas não aderiram ao movimento. Nesse período inúmeras atividades foram realizadas em Brasília e nas bases para mobilizar o conjunto da categoria para a luta, dialogar com a sociedade e demonstrar a legitimidade da pauta de reivindicações. Na UFRJ ainda é preciso maior mobilização e participação da categoria na greve e nas atividades propostas. Veja matéria na página 6.

A greve foi deflagrada por falta de negociações efetivas e não-cumprimento do Termo de Acordo firmado em 2004, que previa a continuidade das etapas de evolução de nossa Tabela, buscando o piso his-

tórico de 3 salários mínimos e step de 5%. Outro motivo para a paralisação foi a falta de perspectivas de atendimento ao acordado nos GTs VBC/Evolução da Tabela e GT Benefícios, que indicou o ano de 2007 para a alocação de recursos para a Assistência Complementar à Saúde dos servidores; Evolução da Tabela e Resolução do VBC.

### PLP está parado

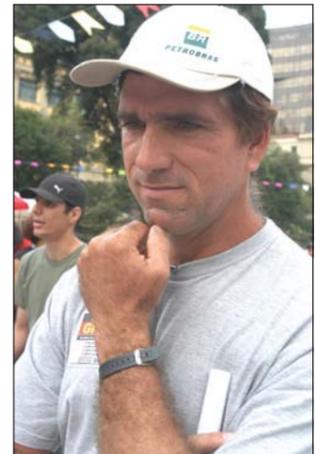
Segundo avaliação do Comando Nacional de Greve (CNG/Fasubra), a nossa greve já capitaliza saldos positivos, como pausar no Congresso Nacional o debate sobre o PLP 01 – limitador de despesas para o funcionalismo e que na prática congela por 10 anos os nossos salários – sob a

ótica dos trabalhadores. “Conseguimos apontar as contradições do projeto e denunciar as suas conseqüências caso seja aprovado. E devido à pressão sobre o governo de vários setores, além de nós, o projeto está parado há mais de 30 dias no Congresso Nacional. Mas ainda é necessário intensificar o debate nas ba-

ses e continuar o trabalho de persuasão com os parlamentares”, diz o documento do CNG.

### Defesa dos HUs

A luta continua acumulando pontos. Mas é longa. A posição do Conselho Nacional de Saúde, já reproduzida em alguns Conselhos Municipais, representou uma vitória contra a transformação dos HUs em fundações estatais de direito privado. Outros enfrentamentos estão por vir e podem até ultrapassar o tempo da greve. A necessidade de intensificarmos a luta em defesa dos HUs é mais do que urgente. Por isso, a coleta de assinaturas é uma prioridade, a fim de angariarmos o maior número possível delas para dar força a esta luta.



## NINGUÉM SILENCIA OS TRABALHADORES

# Servidores em greve ocupam Cinelândia e fazem o Arraiá dos sem aumento

A Cinelândia, palco tradicional de manifestações, foi transformada em um singular arraial pelos servidores federais em greve no Estado do Rio semana passada. Ao som de muito forró, os servidores promoveram uma atividade diferente para divulgar a paralisação de diversas categorias e fazer o diálogo com a população. O Comando Local de Greve da UFRJ comandou o som, o pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) distribuiu caldo verde e os funcionários da Universidade Rural do Rio de Janeiro, batata-doce e aipim.

Na barraca do Incra o prego do caldo era um recado ao presidente Lula. Muita gente que passava pela Cinelândia parava para perguntar sobre a greve, tomar um caldo e deixar seu bilhete. Alguns pedidos, como o do menino Rafael Godói, 16 anos, eram por um futuro melhor. Vendedor de pulseiras do grupo RDB e morador da Baixada Flu-

minense queria uma oportunidade para poder ser jogador de futebol. Mas a maioria dos recados era de indignação e revolta com o governo Lula.

O ato foi aberto com a aula pública da professora da UFRJ e dirigente da Adufrj, Sara Grammann, que didaticamente explicou o projeto de fundação estatal de direito privado do governo e esclareceu sobre suas conseqüências. “Esse projeto já começou nos hospitais federais do Rio, e o objetivo do governo é transferir à iniciativa privada R\$ 400 bilhões das políticas sociais”, alertou.

Depois de Sara, o funcionário da prefeitura da UFRJ, Hélio Firmo, 62, cantou música de sua própria autoria denunciando a falta de ética dos parlamentares. Seu Hélio é um exemplo para muita gente. Assim que foi deflagrada a greve, ele entregou a chave do almoxarifado, setor no qual é responsável, e só re-

torna ao trabalho com o fim do movimento. Ele comparece à maioria das atividades da greve.

Assim como seu Hélio, outro funcionário que não se acomoda é Manoel Augusto, 42, que trabalha em Macaé, no Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem). Ele sai de lá para as assembleias e participa dos atos da greve. “Temos que ir para rua para sermos vistos. Fazer atividades para chamar a atenção. O movimento está muito tímido”, reclama.

A manifestação marcou também a preocupação de se unificar as lutas das diversas categorias do funcionalismo em greve, o que ficou traduzido nas intervenções dos representantes do Comando Estadual de Greve responsável pela organização do ato. Participaram também companheiros da Cultura, Uni-Rio, Uerj, Sintrasef, ConLutas, Intersindical, e dos partidos PSOL, PSTU e PCR.



Fotos: Niko Júnior



**DIVULGAR A GREVE**, conquistar o apoio da população e recolher as assinaturas contra o projeto para os HUs foi a tarefa na cidade

## Lula critica greve e defende corte de salários, funcionalismo responde com mais greves

A decisão do governo de pôr em prática a ameaça de corte dos salários de servidores federais ampliou a greve do Incra e criou novo foco na paralisação do Ibama. Fiscais federais agropecuários iniciaram greve por tempo indeterminado no dia 18 de junho. Ainda permanecem parados servidores da Cultura, CNEN e Datasus. A última declaração de Lula, depois do festival de gratificações a cargos políticos, criticando a greve de servidor e defendendo corte de salários, revoltou ainda mais a categoria. No início de julho a Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESEF) realiza uma plenária na qual será discutida a adesão de novas categorias à greve.

### Cultura

Os servidores que completaram 30 dias de paralisação em 22 de junho reivindicam aprovação do Plano Especial de Cargos, aprovado em mesa setorial que envolveu os trabalhadores e os ministérios



**GILMAR CABRAL**, do Sintrasef: “união na rua e na luta”

da Cultura e do Planejamento em 2005. O Ministério do Planejamento quer renegociar o acordo firmado pela própria pasta há dois anos.

### Incra

Em greve desde o dia 21 de maio, a categoria busca a implantação de compromissos firmados após duas greves anteriores (2005 e 2006) e ainda não cumpridos. Entre eles está a reestruturação da carreira dos ser-

vidores do órgão, melhores salários e fortalecimento do órgão. A greve já paralisou a maior parte dos serviços em 29 das 30 superintendências regionais distribuídas pelo país. A sede da instituição, em Brasília, também foi atingida.

### Saúde e Funasa têm indicativo de greve

Mais uma reunião entre representantes da Confederação dos

### Governo pretende encaminhar projeto antigreve até agosto

O anúncio foi feito pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, na audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, dia 21. O ministro disse que mesmo sem acordo com os servidores o projeto será enviado de qualquer jeito até agosto ao Congresso. O objetivo real é limitar as greves no setor público.

Durante o debate, quando cobrado sobre os aumentos

para os cargos comissionados deixando a maioria dos servidores que estão na base da pirâmide salarial à mingua, Paulo Bernardo mais uma vez afirmou que há limitações para concessão de reajuste salarial este ano. E a pergunta que fica: o que ele está negociando então com os servidores em greve que reivindicam, como já foi concedido a algumas categorias, reajuste ainda em 2007?

Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e do Ministério da Saúde terminou com a cobrança de compromissos firmados pelo governo e ainda não cumpridos. Impacientes com a demora na resolução de temas já debatidos, os servidores da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (Funasa) têm aprovado, para o dia 9 de julho, um indicativo de greve por tempo indeterminado.

### Petroleiros ameaçam parar este mês

Os trabalhadores da Petrobras decidiram paralisar a produção em plataformas e refinarias por cinco dias no mês de julho. De acordo com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a greve já foi aprovada por 11 dos 12 sindicatos filiados. A principal reivindicação da categoria é um novo plano de cargos e salários.

**NINGUÉM SILENCIA OS TRABALHADORES**

# Conselho Universitário da UFRJ apóia greve

O reitor Aloísio Teixeira fez uma reverência à moção afirmando estar honrado em assiná-la com os funcionários

Fotos: Douglas Pereira

“Me honra poder assinar com vocês”, disse o reitor Aloísio Teixeira à bancada técnico-administrativa ao colocar em votação na sessão do Conselho Universitário de quinta-feira, dia 28, o documento proposto de solidariedade ao movimento e apelo às autoridades envolvidas na negociação para que encontrem solução para as reivindicações da categoria. A moção foi aprovada por unanimidade.

O colegiado da UFRJ também apóia nosso direito de greve e recusa iniciativas que acenem com restrição deste direito. O Consuni manifestou ainda, segundo a moção, preocupação com a crise dos HUs e posição contrária à privatização. O colegiado seguiu o rito que vem sendo cumprido pelos demais Conselhos Universitários das Universidades que vêm se manifestando em prol do movimento e contra a transformação dos HUs em fundações estatais.

Antes da votação o Comando Local de Greve fez um arrastão pelo 8º andar da Reitoria para mobilizar a companheirada.

**Alta temperatura**

O Consuni mais uma vez teve a

temperatura elevada com a presença dos técnicos-administrativos em greve — que aguardavam a manifestação do colegiado — e dos estudantes que reivindicavam o aprofundamento da discussão do programa de reestruturação e expansão do governo — o Reuni.

Logo no expediente da sessão, o representante técnico-administrativo Agnaldo Fernandes disse que o movimento apresentaria a proposta de moção e solicitou a abertura da palavra ao coordenador do SINTUFRJ Marcílio Araújo.

Marcílio mencionou a importância da manifestação do colegiado da UFRJ como a de vários outros à decisão de apoio e reconhecimento da justiça das reivindicações já reconhecidas pelos próprios ministros da Educação e do Planejamento, e de que as direções de unidades se abstenham de atitudes de repressão ao movimento.

Mas a pauta, muito maior do que de costume, fez com que a sessão — tomada em sua maior parte pelo debate acirrado sobre o Reuni — se estendesse longamente. O conselheiro Agnaldo solicitou que o tamanho da pauta não levasse ao adiamento da votação da moção. De fato, o reitor garantiu a votação minutos antes do término da sessão e manifestou contentamento em co-assinar o documento. “Para nós é muito importante que sua assinatura esteja presente”, disse Agnaldo.



**AGNALDO FERNANDES** pediu que a pauta não comprometesse a votação do documento



**MARCÍLIO LOURENÇO** apresentou a moção de reconhecimento da legitimidade da greve

**CONSUNI**

**MOÇÃO**

O Conselho Universitário da UFRJ, reunido em sessão ordinária, em 28 de junho de 2007, tendo em vista a legitimidade e os efeitos do movimento reivindicatório dos servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior, paralisados nacionalmente desde 30 de maio em 46 IFES, manifesta as posições seguintes:

Sua solidariedade à mobilização dos servidores técnico-administrativos das IFES, sobretudo por considerar que em suas reivindicações estão contidos temas e questões, cujas implicações refletem preocupações cruciais que têm alcançado todo o sistema federal de educação;

Seu apelo às autoridades governamentais envolvidas nas negociações com a direção nacional do movimento no sentido de envidar o máximo empenho para encontrar

soluções justas e rápidas destinadas ao atendimento das reivindicações propostas, não só a fim de assegurar o retorno às IFES da normalidade acadêmica e administrativa desejada por todos, como para permitir o aperfeiçoamento da carreira recentemente implantada, cuja estrutura e mecanismos constituem ganho importante para aprimoramento do trabalho técnico e administrativo e para o desenvolvimento das IFES;

Sua convicção de que a política salarial fixada para os trabalhadores em geral e para os servidores públicos em particular não deve se compor a partir de parâmetros abstratos, expressos por indicadores arbitrários, mas, sim, precisa orientar-se no sentido da recomposição dos salários e da justa remuneração dos servidores.

Seu firme reconhecimento e defesa do direito de greve asse-

gurado constitucionalmente, pelo que os servidores devem ter garantidas todas as condições legais de participação no movimento reivindicatório. Também afirma sua recusa a quaisquer iniciativas que acenem com restrições ao direito soberano e democrático que têm todos os trabalhadores de se organizar e de se mobilizar na luta por melhores condições sociais;

Sua grave preocupação à situação de crise por que passam os hospitais universitários das IFES, cujos funcionamento e expansão têm enfrentado dificuldades crescentes a demandar soluções urgentes e definitivas, as quais, contudo, não podem implicar esvaziamento de suas atividades acadêmicas e públicas, de ensino, pesquisa e extensão, nem, principalmente, podem implicar em sua privatização.

**CEG**

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) já havia aprovado, desde o dia 6 de junho, moção de apoio ao movimento. Leia a íntegra.

**MOÇÃO**

O Conselho de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sessão realizada em seis de junho do ano de dois mil e sete, vem a público manifestar seu posicionamento contrário a qualquer proposta de congelamento dos salários dos servidores públicos federais e de privatização dos hospitais universitários por entender que tais medidas poderão prejudicar a qualidade do ensino de graduação oferecido pelas instituições federais de ensino superior e que quaisquer medi-

das sejam amplamente discutidas e coletivamente construídas antes de seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Manifesta ainda sua preocupação às autoridades federais para que rapidamente se encontre solução às reivindicações dos servidores técnico-administrativos — já em greve — e que antecipe os encaminhamentos necessários ao equacionamento das demandas dos docentes, de modo a evitar uma possível paralisação que traria graves prejuízos à comunidade acadêmica e sociedade civil.

**NINGUÉM SILENCIA OS TRABALHADORES**

# Basta de enrolação!

Assembléia Geral avalia que está na hora de acabar com a enrolação do governo e propõe que o CNG exija propostas concretas

Fotos: Marcelo Nogari

Por cerca de duas horas o plano de carreira conquistado em 2004 foi rediscutido pela categoria, na terça-feira, 26, durante a oficina que antecedeu a assembléia de avaliação da greve, no Quinhentão.

A iniciativa do Comando Local de Greve (CLG) foi para atender parte considerável dos trabalhadores que disseram não estar conseguindo acompanhar os informes das negociações em Brasília da pauta emergencial (três salários mínimos de piso e 5% de step), que envolve tabelas, porque ainda não compreenderam como foi construída a nova matriz salarial.

À luz dos questionamentos levantados na oficina e da avaliação da última reunião com o governo, dia 21, a assembléia decidiu que já está na hora do Comando Nacional de Greve (CNG) da Fasubra dar um basta nas enrolações e exigir do governo propostas. E ainda: que o CNG deve expor na mesa de negociação nesta segunda-feira, 2, quanto em dinheiro é necessário para atendimento das reivindicações. Mas para fazer esse cálculo, o CNG terá que obter do governo o espelho da folha de pagamento dos técnicos-administrativos.

**Propostas ao CNG e à base**  
Outra tarefa atribuída ao CNG



**ADESÃO DE FATO.** Na UFRJ a força da greve depende da participação efetiva da categoria, não só nas assembléias

foi que este apresentasse o impacto da pauta emergencial na folha atual de pagamento. Como sugestão, que os negociadores com o governo sejam assessorados por companheiros que elaboraram a nova carreira. A intenção é evitar equívocos de análises das tabelas. Todas essas propostas já foram encaminhadas pelo CLG ao CNG.

**Participação na greve**  
Nesta assembléia também foi exaustivamente discutida a adesão de fato da categoria à greve e participação dela nas atividades. A partir desta semana, o CLG se reunirá duas vezes por semana e sempre à tarde. As manhãs serão dedicadas a mobilizações nos campi e a ações nas ruas que chamem a atenção da

população para o movimento, inclusive da mídia.  
O CLG está levantando por unidade onde as rotinas de trabalho não foram até agora interrompidas, a exceção dos serviços considerados essenciais, para intervir com o objetivo de convencer os profissionais de que a greve só ecoará em Brasília se for para valer. E que

este é o momento de unir forças, parar tudo para fortalecer o CNG na mesa de negociação com o governo.  
**Hesfa**  
A assembléia se manifestou favoravelmente à decisão tomada pelos técnicos-administrativos do Hospital Escola São Francisco de Assis (Hesfa) de aderirem à greve.

## Oficina expõe posições e tira dúvidas



**Agnaldo Fernandes**

“Temos um conceito e porque estamos em busca da nossa dignidade como trabalhadores e defendemos universidade pública e de qualidade que lutamos pela carreira. Mas a nossa tabela figura como uma das mais baixas do serviço público federal, e o próprio governo reconhece isso. Muita gente, principalmente os recém-concursados, está abrindo mão da estabilidade no emprego para buscar melhores salários na iniciativa privada. Resultado: estamos per-

dendo bons profissionais.  
Nossa reivindicação principal é três salários mínimos e step de 5%. A tabela será composta nesses parâmetros com diferenciações dos pisos entre as classes, porque hoje a tabela é uma reta e o que Comando Nacional de Greve negocia com o governo é uma tabela em curva, que passa de 1 a 39 para 45 os padrões de vencimento ou níveis de capacitação. Essa tabela retoma os padrões de vencimento do PUCRCE: parte de 3 salários mínimos para a classe A; de 3,83 para a B; 5,39 para a C; de 7,22 para a D e de 10,67 para a E.  
A proposta da Fasubra busca resolver os problemas de distorções da tabela e de retomar o poder aquisitivo dos salários aos padrões de 1987, que foi o maior da história da categoria. Não existe essa de tratamento privilegiado de uma classe sobre a outra. Ao contrário: potencializa e reconhece a complexidade da nossa categoria.”

**O representante dos trabalhadores da UFRJ na mesa nacional de implantação da carreira, Agnaldo Fernandes, e o ex-integrante do GT - Carreira e também da direção da Fasubra, Marcelo Rosa, conduziram a oficina. No debate ficou claro que as dúvidas da categoria eram em relação à construção da matriz salarial e como entender a tabela posta na mesa de negociação com o governo.**

“O conceito da nossa carreira se baseia em dois princípios: Primeiro, somos profissionais da educação servidores públicos; segundo, isonomia de tratamento para todos os cargos e igualdade de possibilidades de desenvolvimento para todos os servidores como se materializou na matriz atual: com 5 níveis de classificação, com o mesmo número de níveis de capacitação para todos e o mesmo número de padrão para todos os níveis de capacitação, com a mesma interpolação entre os níveis de capacitação em 1 padrão e de 2 padrões entre os níveis de classificação. Isso garante a linearidade da tabela.  
O que está em disputa hoje não é a tabela; é a matriz de desenvolvimento e de remuneração entre os diversos níveis de classificação. A partir de uma reflexão nos fóruns de nível superior, a construção da tabela aprovada em 2004, que é muito baixa, quebra a linearidade da matriz.  
Sair da estrutura atual linear



**Marcelo Rosa**

para não-linear distancia a classe E (nível superior e cargos de ambiente dos marítimos) das demais classes. Mas isso foi referendado pela plenária da Fasubra de 2005 e está na mesa de negociação com o governo.  
A questão do piso de 3 salários mínimos, 5% de step e a resolução do VBC não implica mudar a estrutura da matriz. Ou seja: negociação de uma tabela que valoriza o técnico-administrativo em educação, não importa em ter que mudar a estrutura.”

DEBATE

# Reuni em discussão

O debate sobre o programa de reestruturação e expansão das universidades (Reuni) proposto pelo governo em decreto publicado recentemente segue em alta temperatura.

Na sessão do Consuni do dia 28 o tema tomou grande parte da reunião, com manifestações acaloradas a favor e contra a participação da UFRJ no programa. Na próxima ses-

são do colegiado, dia 12, a comissão formada para analisar o programa deve apresentar seu relatório com base nas propostas de 39 unidades apresen-

te a semana de 18 a 22 de junho.

O resultado da discussão do relatório no Consuni durante o mês de julho deverá ser discutido em centros e unidades e em

audiências públicas para voltar ao colegiado, em caráter deliberativo.

Como há leituras diferentes no movimento, publicamos as opiniões sobre a questão.



## Educação não se faz por decreto

Após várias manifestações contrárias ao Reuni, em especial, o movimento estudantil da UFRJ, liderado pela Frente de Luta contra a Reforma Universitária, a Reitoria anunciou, no CONSUNI de 28/7, que promoverá audiências públicas sobre o Reuni, organizadas pelos Centros da UFRJ. Foi uma vitória de não haver votação sobre o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) antes que sejam realiza-

dos debates oficiais com a participação de toda a comunidade.

Com esta vitória, a comunidade universitária deve ter a chance de participar de amplos debates, garantidos pela própria Reitoria, para que sejam esclarecidas as conseqüências da reforma imposta pelo governo, por decreto.

O Programa REUNI é uma ação de coerção que precisa ser entendida na correta dimensão da ameaça que configura, pois pode

resultar no redesenho completo da função das universidades públicas federais.

Vinculado à lógica geral da Reforma Universitária, o projeto retira autonomia das universidades, e tem suas origens nos documentos do Banco Mundial para educação nos chamados países periféricos: o Terceiro Mundo não precisaria ser produtor de conhecimento, mas simplesmente formar assimiladores de conheci-

mento. Além disso, o decreto do governo tenta chantagear os gestores das universidades públicas com a ameaça de que só receberão verbas suplementares (até 20% do orçamento de custeio e de pessoal sem contar aposentados) os que se adequem às metas previstas no decreto que, em síntese, prevêem o seguinte: expandir o número de alunos sem ampliar o número de professores e de técnico-administrativos.

Não defendemos a universidade como está muito menos como os conservadores que a querem para poucos. Mas educação não se faz por decreto, e sim por uma ampla discussão com a sociedade, com os servidores, com o movimento estudantil e com o movimento docente. Somente assim poderá ser assegurada a autonomia das universidades.

*Vamos à Luta*



## Em defesa do ensino de graduação

Em abril o MEC apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) composto pelos Decretos nº 6096(REUNI) e 6097/07; pelo Projeto de Lei que autoriza novas vagas, 2.800 docentes e 5.000 técnico-administrativos; e pela Portaria Interministerial que cria o banco de professor-equivalente.

O REUNI aponta para ações claras e exclusivamente voltadas às instituições federais de ensino superior—dinheiro público para universidade pública, cuja verdadeira origem das propostas não surgiu no MEC e, sim, nas universidades, nos anos 90, quando os pró-reitores de graduação e trabalhadores das IFES começaram um movimento em defesa do ensino de graduação.

O fruto desse movimento foi a construção do Plano Nacional de Graduação (PNG), aprovado no Fórum Nacional de Graduação (FORGRAD) de 2004 em Manaus, cujas diretrizes estão presentes no REUNI, além de presentes no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores da FASUBRA.

O Decreto 6097/07 possibilita a autonomia desejada para reposição dos quadros docentes, como era realizado até 1995, ainda sendo necessário o mesmo ato para os cargos de técnico-administrativos. A Portaria possibilita a UFRJ dispor de cerca de 700 vagas docentes, para concurso público, em cinco anos. **O REUNI possibilita um crescimento no orçamento da**

**UFRJ de 180 milhões de reais**, em cinco anos, apresentando o seu plano de trabalho, ou seja: no exercício de sua autonomia, através do CONSUNI, definindo o que quer fazer e o que necessita para executar o que deseja fazer.

Trata-se de responder aos anseios da população — aumento de oferta de vagas no ensino superior público e gratuito — e para alcançá-las apresenta recursos orçamentários para custeio, pessoal, obras e equipamentos.

Não existe uma única data, ou prazo, para as universidades aderirem ao Plano de Reestruturação. As Universidades são autônomas para decidirem se querem aderir, quando e como querem. Os prazos

existentes foram dados pelo CONSUNI/UFRJ e pela comissão aprovada no conselho. Precisamos, sim, de um calendário em que toda a comunidade da UFRJ discuta, democraticamente, as propostas já apresentadas pelas unidades envolvendo também os técnico-administrativos e estudantes.

Está em nossas mãos decidir se queremos revigorar e estimular nossa graduação. Dizer simplesmente não, significa, de fato, estar ao lado dos que querem apenas deixar tudo como está e assumir publicamente a incompetência dos argumentos, fortalecendo o ensino privado.

Em defesa da Universidade Pública e Gratuita: mais vagas para

alunos ingressarem, mais vagas para concurso público para docentes e técnico-administrativos, e mais recursos públicos para a universidade pública.

*Assinam este texto os diretores do SINTUFRJ da Chapa 1, do coletivo CSD (CUT Socialista e Democrática), simpatizantes e sindicalizados — Ana Maria Ribeiro, Nilce Correa, Vera Barradas, Jeferson Salazar, Jorge Ignácio, Dercival, Maria José Barcelos, Chantal Russi, Sergio Guedes, Maury Cantalice, Claudio Gress, Marco Aurélio Schiatti, Petrolina, Vania Gloria, Lucia Salis, Valéria Reis*



## REUNI, um debate necessário

A história de luta dos trabalhadores Técnicos Administrativos sempre foi na busca da garantia da autonomia universitária e sua conquista foi concretizada na Constituinte de 1988 com participação importante da comunidade da UFRJ que foi organizada numa marcha em Brasília quando da sua votação. São várias bandeiras dos movimentos sociais que precisamos avançar e dentre elas destacamos: Garantir que esta autonomia seja exercida com democracia, ampliação de novos cursos e vagas para os existentes, criação de cursos noturnos para a classe operária poder

estudar, verbas públicas para educação e garantia da assistência ao estudante, manutenção do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão.

Portanto estas bandeiras são registro de muitas teses e cartas programas dos movimentos sociais da comunidade universitária e quem diz que vai à luta está atrasado, pois a luta continua.

Sendo assim queremos debater o PDE e REUNI não como uma questão de contra ou a favor, só pelo fato de ser apresentado pelo governo federal, mas com a compreensão de que as nossas bandeiras

devem ser conquistadas e que os espaços democráticos devem ser ocupados pelos trabalhadores Técnicos Administrativos. Nossa missão é qualificar e motivar toda categoria para ocupar desde o Corpo Deliberativo do Departamento até o Conselho Universitário, pois são nos espaços institucionais que o debate acontecem.

Este debate no Jornal foi uma reivindicação de uma força política que tenta passar para o conjunto da categoria uma posição polarizada no sindicato em que eles são os “Revolucionários” por ser contra a tudo que o Governo

apresenta e os outros “Governistas” que se afinam a todas propostas governamentais. Portanto queremos diferenciar a nossa posição lembrando que somos três forças políticas distintas, pois quando estávamos na oposição ao sindicato também defendemos proposições da Diretoria que faziam parte das bandeiras históricas do movimento e é com esta mesma compreensão que queremos debater o PDE e o REUNI. Na leitura do Decreto Nº 6.096 de 24/4/2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Fe-

derais — REUNI, podemos constatar alguns condicionantes para ampliar os recursos, tais como: diminuição da evasão e ampliação da relação docente/aluno (1/18), hoje esta relação na UFRJ é de aproximadamente 1/10. Entretanto lembramos que metas também são estipuladas pelas agências privadas de financiamento das pesquisas e que alguns laboratórios já estão a serviço da iniciativa privada porque não existe política governamental efetiva de financiamento público. Neste sentido o REUNI tem elementos importantes para que bandeiras do movimento sejam vitoriosas.



# USP: um movimento vitorioso

A greve e a invasão da Reitoria da USP chega a seu final com vitória dos estudantes, funcionários e professores mobilizados pelos interesses públicos da universidade. Fazia tempo que um movimento dessa ordem não conseguia tanta

seus professores, estudantes, funcionários têm que sair muito contentes e incentivados a seguir na organização e na luta pelo fortalecimento do caráter público da USP.

Grande parte das reivindicações internas à USP foram conse-

gicos às universidades públicas — veja a violenta ação da polícia em Araraquara —, de ideologia da privatização do ensino, de mídia que desqualifica tudo o que é público, de desvalorização das mobilizações e das lutas de massa diretas.

O ódio concentrado da direita e de seus porta-vozes, a ação totalitária da mídia contra a mobilização servem para confirmar como ela tocou em um ponto sensível do neoliberalismo — a autonomia das universidades públicas — e como incomoda ao coro uniforme dos papagaios bushistas na imprensa oligárquica. Saem derrotados, uma vez mais.

É assim que se combate o neoliberalismo. Com um Congresso como o do MST, em Brasília, com 18 mil participantes fazendo um balanço sério e profundo das lutas pela reforma agrária e elaborando novo plano político e de massas para dar seguimento a suas lutas — que são as de todo o Brasil — e com mobilizações como a de 50 dias na USP. A ação desinformadora da mídia oligopólica, o enfoque reduutivo nos escândalos no Congresso, a desqualificação de tudo o que não seja neoliberal — saem derrotados dessas mobilizações. Querem demonstrar que as lutas não valem a pena, que estão derrotados de antemão, que não há força

contra o poder do dinheiro e o do monopólio da palavra que pretendem exercer.

Quando as lutas unificam, fortalecem a confiança em todos de que governos prepotentes como o de São Paulo podem ser derrotados, que as mobilizações populares precisam ser reavivadas, com uma nova plataforma anti-neoliberal, que articule reivindicações dos mais amplos setores sociais, que concentre seus esforços na ruptura do modelo predominante e proponha não apenas objetivos, mas

meios pelos quais chegar até eles.

O pós-neoliberalismo terá no fortalecimento da esfera pública um eixo fundamental de reorganização do Estado e de sua relação com a sociedade no seu conjunto. Nessa direção, a vitoriosa luta dos estudantes, funcionários e professores da USP pode ser um passo na construção da força social e política do movimento popular brasileiro.

Emir Sader,  
Agência Carta Maior

**“A greve e a invasão da Reitoria da USP [foi uma] vitória dos estudantes, funcionários e professores (...). Fazia tempo que um movimento dessa ordem não conseguia tanta adesão — das três categorias —, tanta repercussão política e tanta simpatia da população”**

adesão — das três categorias —, tanta repercussão política, tanta simpatia da população e, como resultado, uma vitória tão clara.

Seus participantes diretos estão de parabéns, deram uma lição de mobilização popular, de espírito de defesa da universidade pública, de criatividade de métodos de ação e de capacidade de negociação política — intermediados pela excelente comissão de professores que serviram como facilitadores. A USP,

guidas, foi freado o projeto do governador de São Paulo para violar mais ainda a autonomia universitária, foi impedida a intervenção militar preparada pelo governo tucano no campus da universidade, foi chamada a atenção sobre a situação da USP e ficou claro que há força entre os estudantes, professores e funcionários, para defender os interesses da universidade. O que não é pouco em tempos de grande desmobilização —, em particular da juventude — de ataques sistemá-

**“Há força [entre a comunidade universitária] para defender os interesses da universidade. O que não é pouco em tempos de grande desmobilização (...), de ataques sistemáticos às universidades públicas (...), de ideologia da privatização do ensino, de mídia que desqualifica tudo o que é público, de desvalorização das mobilizações e das lutas de massa diretas”**